

**CLARIENS EDUCAÇÃO S.A.**

*Companhia Fechada*  
CNPJ/ME nº 48.199.560/0001-43  
NIRE 35.3.0060203-0

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE ALUNOS, CANDIDATOS, PARCEIROS E PÚBLICO  
EM GERAL**

**CAPÍTULO I**

**OBJETIVO E ABRANGÊNCIA**

**Artigo 1º.** Esta Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais de Alunos, Candidatos, Parceiros e Público em Geral (“Política”) tem como objetivo reforçar que a Clariens Educação S.A., suas controladas e mantidas (“Companhia”) está(ão) comprometida(s) com a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos candidatos, alunos, parceiros e público em geral.

**Artigo 2º.** Esta Política se aplica a todos os alunos, candidatos aos cursos disponibilizados pelas faculdades do grupo, parceiros e público em geral, ou seja, a todos que fornecem seus dados pessoais ao contratar os serviços educacionais, ao se candidatar aos vestibulares das nossas instituições, ao fornecer materiais ou serviços, ao acessar portais, páginas de internet ou aplicativos, ou em visitas aos espaços físicos de nossas instalações.

**CAPÍTULO II**

**DEFINIÇÕES**

**Artigo 3º.** Definições:

**Dados Pessoais:** são todas as informações que identificam, direta ou indiretamente, uma pessoa física, como por exemplo, o nome, RG, CPF, PIS, CTPS, nacionalidade, endereço, entre outros.

**Dados Sensíveis:** Dentre os Dados Pessoais, a nossa legislação deu destaque aos dados sensíveis, que possuem condições de processamento mais restritas, tais como as informações sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

**Titular de Dados Pessoais:** é a pessoa a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de tratamento.

**LGPD:** Lei Geral de Proteção de Dados.

**CAPÍTULO III**

**DADOS COLETADOS, TRATAMENTO E FINALIDADE**

**Artigo 4º.** Na relação com alunos, candidatos, parceiros e público em geral, a Companhia precisará coletar e utilizar alguns Dados Pessoais, para atender a finalidades específicas.

**Artigo 5º.** Esta coleta restringe-se ao mínimo necessário, levando-se em conta a natureza de cada relação, sendo, no entanto, necessária para assegurar o cumprimento de algumas obrigações, fazer a gestão do negócio e para manter a nossa comunicação com o titular.

**Artigo 6º.** Os dados pessoais utilizados pela Companhia são coletados nos seguintes locais:

- Sites de internet
- Portais de internet e sistemas para acesso de alunos, candidatos, parceiros e público em geral;
- Ouvidoria
- Canal de Denúncia
- Central de Atendimento ao aluno
- Call Center
- Rede Wi-Fi disponível em nossas instalações físicas
- Portarias equipamentos que realizam o controle de acesso
- Câmeras de segurança
- No núcleo de atendimento jurídico ou nas clínicas de saúde
- Em processos seletivos e entrega de currículo
- Processo para seleção e contratação de fornecedores

**Artigo 7º.** A coleta e o tratamento de dados pessoais são realizados para finalidades legítimas, explícitas e específicas. Isto quer dizer que, as informações coletadas são utilizadas para:

- Contato para oferta de nossos serviços
- Para processos de matrícula e a execução de contratos de prestação de serviços com os alunos e terceiros
- Para execução de atividades regulares de ensino, pesquisa e apoio a estas atividades
- Comunicação de questões relevantes relacionadas aos serviços educacionais
- Para o cumprimento de obrigações legais e regulatórias determinadas pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e/ou outras autoridades
- Para tutela da saúde, dos usuários de nossas clínicas de atendimento
- Navegação segura nos nossos portais, sites, sistemas e aplicativos
- Oferta e direcionamento de conteúdos mais adequados ao estudante
- Para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, como no vestibular ou no acesso físico à sede
- Programa de Compliance e Canal de Denúncia
- Contratação de seguros
- Publicidade de novos cursos para alunos e ex-alunos ou de um novo serviço
- Pesquisas acadêmicas e de climas organizacionais, quando, sempre que possível, realizamos a anonimização dos Dados Pessoais
- Contratação de prestação de serviços diversos e compra de materias
- Processos administrativos, judiciais ou arbitrais

**Artigo 8º.** A Companhia coleta Dados Pessoais, comuns e sensíveis, de adolescentes quando participam dos processos seletivos de nossas instituições e/ou após o ingresso como alunos. Estes dados serão coletados no melhor interesse daqueles, com o consentimento quando necessário, específico e em destaque dos pais ou representante legal.

#### CAPÍTULO IV

##### ARMAZENAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

**Artigo 9º.** Os Dados Pessoais que estão em meios digitais, poderão ser armazenados em nossos servidores internos ou em serviços de armazenamento em nuvem.

**Artigo 10.** Já os Dados Pessoais que estão em meios físicos, serão armazenados em nossos arquivos internos e em empresas parceiras que fornecem serviço de guarda e armazenamento de documentos.

#### CAPÍTULO V

##### COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

**Artigo 11.** A Companhia compartilha os Dados Pessoais dos Titulares de Dados Pessoais com empresas parceiras. Desta forma, podemos compartilhar seus dados:

- Com bancos e empresas de cobrança;
- Com empresas prestadoras de serviço incluindo empresas de administração de benefícios, tecnologia, suporte e armazenamento, auditores, escritórios de contabilidade e serviços jurídicos, empresas de comunicação e treinamento, empresas parceiras que fornecem serviço relativos as atividades inerentes ao serviço de educação prestado;
- Com seguradoras e hospitais conveniados

**Artigo 12.** A Companhia poderá compartilhar os Dados Pessoais com as empresas do mesmo grupo econômico, uma vez que o processamento dos dados é feito de forma centralizada com equipes e sistemas compartilhados.

**Artigo 13.** A Companhia também poderá compartilhar os Dados Pessoais com órgãos judiciais, administrativos e governamentais, em obediência à legislação ou determinação legal, tais como Receita Federal, Ministério da Economia, Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Conselho Tutelar, Vigilância Sanitária, entre outros.

**Artigo 14.** A Companhia ou seus parceiros de negócio (quando autorizados), poderão realizar a transferência de Dados Pessoais para outros países, como por exemplo, quando contratamos serviços de armazenamento em nuvem localizados no exterior, caso em que serão respeitados os requisitos estabelecidos pela legislação vigente e exigido dos parceiros contratados que garantam a proteção de dados e a segurança dos Dados Pessoais transferida.

## CAPÍTULO VI

### ARMAZENAMENTO E DESCARTE DOS DADOS PESSOAIS

**Artigo 15.** Os Dados Pessoais de candidatos que participam do processo seletivo de uma das nossas instituições de ensino serão armazenados, conforme cada caso, pelo prazo de 90 dias após o término do processo seletivo, ou por prazo maior necessário para cumprir com as obrigações legais e contratuais.

**Artigo 16.** Além disso, a Companhia poderá manter os Dados Pessoais durante o tempo permitido pela legislação, para defesa em eventuais litígios ou para gestão de indicadores internos, observando neste último caso o processo de anonimização, sempre que possível. Findado este período, os dados serão excluídos, conforme nossa Política de Retenção e Descarte de Dados Pessoais.

**Artigo 17.** A Companhia poderá coletar e armazenar a imagem dos candidatos, alunos, parceiros e público em geral, para propósitos específicos, tais como, mas não se limitando:

- Captura de imagem por meio das câmeras instaladas nas suas instalações, para controle de acesso e segurança;
- Registros fotográfico ou em vídeo, dos eventos realizados;
- Utilização de foto no crachá de identificação, biometria ou reconhecimento facial;
- Exibição em reuniões e treinamento online, via plataformas de conferência remota,
- Em ações de marketing, palestras, aulas, entre outros.

## CAPÍTULO VII

### SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

**Artigo 18.** A Companhia protege os Dados Pessoais dos candidatos, alunos, parceiros e público em geral, contra acessos não autorizados, divulgação ilegal e processamento não permitido.

**Artigo 19.** Os Dados Pessoais são mantidos em segurança por meio de medidas organizacionais e técnicas adequadas. A informação só pode ser acessada e utilizada por pessoas autorizadas e devidamente credenciadas. Mantemos registros sobre quem realizou acessos, atualizações e exclusões de informações.

**Artigo 20.** Contamos com mecanismos de segurança de tecnologia da informação preparados para impedir acessos não autorizados. Utilizamos sistemas Firewalls, Antivírus e Endpoint.

· Firewalls: são sistemas de controle do tráfego nas redes, que impedem acessos não autorizados entre os computadores das redes internas e externas.

· Antivírus: são sistemas de proteção do computador que detectam, eliminam e impedem a propagação de vírus.

· Endpoint: sistema instalado em servidores, desktops, notebooks e outros dispositivos, que por meio da aplicação de regras e políticas, procuram identificar e corrigir vulnerabilidades antes mesmo que um ataque seja efetivado.

**Artigo 21.** Utilizamos criptografia para assegurar a conexão e transmissão de dados via internet para acesso à nuvem onde estão hospedados sistemas e bancos de dados.

**Artigo 22.** A Companhia controla e mantém em lugar seguro as cópias de segurança que permitem a recuperação dos Dados Pessoais em caso de incidentes ou perdas acidentais.

## CAPÍTULO VIII

### DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

**Artigo 23.** Alguns direitos são assegurados pela legislação aos Titular de Dados Pessoais. Estes direitos podem ser exercidos somente pelo Titular de Dados, ou por um representante legal. Por essa razão, a Companhia utiliza mecanismos de verificação de identidade, para garantir a segurança dos referidos Dados Pessoais. O Titular dos Dados Pessoais poderá, como determina a LGPD:

- Solicitar a confirmação da existência de tratamento de seus Dados Pessoais;
- Solicitar o acesso seus Dados Pessoais;
- Solicitar a correção dos Dados Pessoais que estejam desatualizados, incompletos ou inexatos;
- Solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados ilicitamente;
- Solicitar a eliminação de Dados Pessoais;
- Solicitar revisão das decisões tomadas exclusivamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais;
- Realizar a portabilidade de Dados Pessoais;
- Obter informações sobre o compartilhamento de Dados Pessoais;
- Revogar o consentimento dado.

## CAPÍTULO IX

### ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS – DPO (DATA PROTECTION OFFICER)

Av. Magalhães de Castro, 4.800, 11º andar, conjunto 111,  
Ed. Park Tower, Jardim Panorama do Oeste - São Paulo/SP  
CEP: 05502-001

**Artigo 24.** O Encarregado de Dados da Companhia é a [...] e a comunicação com ela poderá ser feita pelos canais de comunicação descritos no Capítulo X abaixo.

**CAPÍTULO X**  
**CANAIS DE COMUNICAÇÃO**

**Artigo 25.** Você pode entrar em contato conosco pelo e-mail [privacidadededados@clariens.com.br](mailto:privacidadededados@clariens.com.br)

**CAPÍTULO XI**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 26.** A Companhia se reserva no direito de alterar esta Política sempre que necessário ou pertinente. Sempre que isso ocorrer, informaremos a você para renovarmos o nosso compromisso com Privacidade e Proteção de Dados.

**Artigo 27.** Esta Política será revisada a cada 2 (dois) anos, podendo ser alterada, conforme governança da Companhia.

**Artigo 28.** Os casos omissos e dúvidas de interpretação relativos a essa Política serão tratados por meio de reuniões com o Comitê de Privacidade e com o Comitê de Auditoria, Risco, Governança e Compliance.

**Artigo 29.** No caso de conflito entre: a) as disposições dessa Política e do Estatuto, prevalecerá o disposto no Estatuto; b) as disposições dessa Política e de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, prevalecerá o disposto no respectivo acordo de acionistas; e c) em caso de conflito entre as disposições dessa Política e da legislação e regulamentação vigentes, prevalecerá o disposto na legislação e regulamentação vigentes.

**Artigo 30.** Caso qualquer disposição dessa Política venha a ser considerada inválida, ilegal ou ineficaz, essa disposição será limitada na medida do possível para que a validade, legalidade e eficácia das disposições remanescentes dessa Política não sejam afetadas ou prejudicadas.